7 — [...]

a) [...]

b) [...]

8 — [...]

9 — [...]

a) [...]

b) [...]

10 — [...]

11 — A câmara municipal poderá deliberar isentar ou reduzir as taxas previstas no presente regulamento, de forma a potenciar e a promover eventos de manifesto e relevante interesse municipal.»

208509329

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS

Edital n.º 274/2015

Proposta de delimitação de área de reabilitação urbana para a zona da encosta de S. Vicente na cidade de Torres Vedras

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras:

Torna Público, que a Câmara na sua reunião de 10/03/2015 tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, em sessão ordinária de 26/02/2015, aprovou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, a delimitação de Área de Reabilitação Urbana, para a zona da Encosta de S. Vicente na cidade de Torres Vedras

Mais torna público que o processo poderá ser consultado na página da Internet do Município de Torres Vedras em www.cm-tvedras.pt

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Alexandra Sofia Carlos Mota Luís*, Chefe de Divisão Administrativa, o subscrevi.

13 de março de 2015. — O Presidente da Câmara, *Dr. Carlos Manuel Soares Miguel*.

208508098

MUNICÍPIO DE TRANCOSO

Declaração de retificação n.º 245/2015

Nos termos do n.º 5 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, declara-se que o aviso n.º 2161/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2015, relativo à aprovação da primeira alteração ao Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso, saiu com inexatidões provenientes de divergências entre o ato original, aprovado pela Assembleia Municipal de Trancoso em 22 de novembro de 2014, e o ato efetivamente publicado que, mediante a declaração da entidade emite, assim se retificam:

No artigo 22.º do Regulamento, onde se lê:

«Vãos e respetivas caixilharias

1 — Os vãos devem respeitar a métrica tradicional relativamente à forma e proporção.

2 — Não é permitida a abertura de vãos para montras que não respeitem a métrica e ritmo dos vãos do edifício e envolvente, privilegiando-se a utilização de vãos de porta não utilizados para essa função como montra.

3 — Não é permitido rebocar ou pintar as vergas, ombreiras, peitoris e soleiras dos vãos que forem constituídas por peças únicas de granito.

4 — Não é permitida a utilização de estores e caixas de estore exteriores bem como a colocação de portadas exteriores em qualquer dos materiais existentes no mercado, sendo a proteção e sombreamento do interior garantidos por portadas ou veda-luzes interiores em madeira pintada, admitindo-se a utilização de alumínio lacado e PVC, sempre com acabamento mate, mediante aprovação de projeto de execução que tenha em consideração as tipologias tradicionais e garanta a integração do seu desenho no edifício. Poderão, ainda, ser utilizadas telas de enrolar interiores, com cores tradicionais.

5 — As portas, janelas, aros e caixilhos que guarneçam os vãos, em madeira, ou outro material considerado dissonante, caso se encontrem em estado de conservação comprovadamente irrecuperável, devem ser substituídas, preferencialmente, por outras em madeira, com desenho idêntico e acabamento pintado, admitindo-se na sua substituição o recurso a alumínio lacado, PVC ou perfil em ferro, sempre com acabamento mate, mediante aprovação de projeto de execução que tenha em consideração as tipologias tradicionais e garanta a integração do seu desenho no edifício e no espaço envolvente

6 — Na utilização de perfis de alumínio ou PVC as borrachas a utilizar devem ser da cor dos perfis e as travessas aplicadas nos vãos deverão ser colocadas pelo exterior dos vidros.

7 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, admite-se a utilização de vãos inteiros de vidro nas frações destinadas a comércio e serviços.

8 — É proibida a utilização de perfis, que procurem imitar ou reproduzir o desenho e aspeto de caixilharia em madeira.

9 — Não são permitidos nos vãos, materiais do tipo alumínio anodizado à cor natural (prateado), dourado ou castanho ou chapa lisa ou ondulada e cantoneira em ferro, ainda que pintado.

10 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, admite-se a utilização de chapa lisa ou ondulada e cantoneira em ferro pintado, para portões de acesso a garagens e logradouros.»

deve ler-se:

«Vãos e respetivas caixilharias

1 — Os vãos devem respeitar a métrica tradicional relativamente à forma e proporção.

2 — Não é permitida a abertura de vãos para montras que não respeitem a métrica e ritmo dos vãos do edifício e envolvente, privilegiando-se a utilização de vãos de porta não utilizados para essa função como montra.

3 — Não é permitido rebocar ou pintar as vergas, ombreiras, peitoris e soleiras dos vãos que forem constituídas por peças únicas de granito.

4 — Não é permitida a utilização de estores e caixas de estore exteriores bem como a colocação de portadas exteriores em qualquer dos materiais existentes no mercado, sendo a proteção e sombreamento do interior garantidos por portadas ou veda-luzes interiores em madeira pintada, admitindo-se a utilização de alumínio lacado e PVC, sempre com acabamento mate, mediante aprovação de projeto de execução que tenha em consideração as tipologias tradicionais e garanta a integração do seu desenho no edifício. Poderão, ainda, ser utilizadas telas de enrolar interiores, com cores tradicionais.

5 — As portas de sacada, janelas, aros e caixilhos que guarneçam os vãos, em madeira, ou outro material considerado dissonante, caso se encontrem em estado de conservação comprovadamente irrecuperável, devem ser substituídas, preferencialmente, por outras em madeira, com desenho idêntico e acabamento pintado, admitindo-se na sua substituição o recurso a alumínio lacado, PVC ou perfil em ferro, sempre com acabamento mate, mediante aprovação de projeto de execução que tenha em consideração as tipologias tradicionais e garanta a integração do seu desenho no edifício e no espaço envolvente.

6 — As portas de entrada, nas habitações, deverão ser executadas em madeira, com pintura na cor do elemento fixo dos restantes caixilhos.

7 — Na utilização de perfis de alumínio ou PVC as borrachas a utilizar devem ser da cor dos perfis e as travessas aplicadas nos vãos deverão ser colocadas pelo exterior dos vidros.

8 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, admite-se a utilização de vãos inteiros de vidro nas frações destinadas a comércio e serviços.

9 — É proibida a utilização de perfis, que procurem imitar ou reproduzir o desenho e aspeto de caixilharia em madeira.

10 — Não são permitidos nos vãos, materiais do tipo alumínio anodizado à cor natural (prateado), dourado ou castanho ou chapa lisa ou ondulada e cantoneira em ferro, ainda que pintado.

11 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, admite-se a utilização de chapa lisa ou ondulada e cantoneira em ferro pintado, para portões de acesso a garagens e logradouros.

12 — Só é permitido o uso de vidro liso, transparente ou fosco nas janelas, portas, postigos ou montras.

13 — Nas portas e janelas, os aros e caixilhos deverão receber acabamento final a tinta ou lacagem mate nas cores indicadas no presente regulamento.

14 — Os parapeitos deverão ser em madeira ou granito bujardado, não sendo permitidos os de granito polido ou mármore.

15 — As guardas das varandas e sacadas deverão ser exclusivamente em ferro, com acabamento final a tinta mate, nas cores previstas no presente regulamento, sendo apenas autorizada a colocação de novas guardas mediante aprovação de projeto de execução que tenha em consideração as tipologias tradicionais e garanta a integração do seu desenho no edifício e no espaço envolvente.